EDITORIAL

Ao assumir o honroso cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) para o biênio 2021-2022, fiquei profundamente imbuído das responsabilidades e desafios a que as novas atribuições remetiam. Seria necessário que esforço, discernimento e dedicação impulsionassem nossas ações.

Com o objetivo de definir uma trilha estratégica voltada para a construção de um presente exitoso e um futuro promissor, compartilhei com o Corpo Deliberativo e servidores do Tribunal as Diretrizes da Gestão que nortearam o biênio 2021-2022. O apoio de todos foi importante e a integração aos fundamentos da proposta se consolidou.

Houve uma ampla compreensão de que se faziam necessárias mudanças estratégicas e operacionais que tornassem mais efetivas a presença e a contribuição do TCE-RJ no processo de aprimoramento das governanças estadual e municipais. Cabe aos Tribunais de Contas, constitucionalmente, o controle da aplicação dos recursos públicos, e o fortalecimento desse foco é essencial.

O TCE-RJ ampliou seus esforços no desempenho de sua atividade precípua de controle externo da Administração Pública, não apenas para promover o aperfeiçoamento da gestão pública, a amplificação da transparência e o fomento ao controle social, mas também para dialogar com a sociedade, levando-a à convicção de que os Tribunais de Contas são prestadores de serviços públicos imprescindíveis ao desenvolvimento do País.

Assente nesse entendimento, concebemos as Diretrizes da Gestão para o biênio 2021-2022 em quatro pressupostos básicos: ênfase na fiscalização, por meio de Auditorias Governamentais, organizadas por políticas públicas, com prioridade no Controle Externo da Regulação (concessões e parcerias público-privadas); aumento da efetividade das decisões condenatórias em débitos e multas; ampliação do diálogo com a sociedade e demais instituições; e valorização do servidor, a quem consideramos o mais relevante ativo da instituição.

Para nossa satisfação, a Subsecretaria de Planejamento vem publicando regularmente Relatórios de Atividades realizadas pelo TCE-RJ, documentos necessariamente encaminhados à ALERJ. Soma-se a isso a avaliação positiva do cumprimento das diretrizes governamentais definidas, com o objetivo de controlar a legalidade, a legitimidade e a adequação dos sistemas de controle interno; de tornar efetivas as medidas gerenciais implementadas, visando à melhoria da gestão; de impulsionar a atuação da Ouvidoria, da Corregedoria-Geral, da Auditoria Interna, da Escola de



RODRIGO MELO DO NASCIMENTO

Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Presidente do Conselho Superior da ECG/TCE-RJ

Contas e Gestão, das Secretarias e Subsecretarias; assim como de promover a ampliação e consolidação de Parcerias Estratégicas, tonificando a atuação integrada com a sociedade e demais órgãos de controle.

Registro que, em junho de 2021, demos início ao processo de modernização do TCE-RJ, com a reestruturação da Secretaria-Geral de Controle Externo, em que se deslocou o foco da análise da despesa pública, de forma individualizada, para a avaliação de políticas públicas, em um contexto mais abrangente, sem, contudo, descurar de nossas competências constitucionais.

Nesse sentido, as unidades de auditoria foram organizadas com definição de suas atribuições, dando ensejo à Subsecretaria de Controle de Infraestrutura e Desestatização, atuando em Coordenadorias – CAD-Desestatização, CAD-Obras, CAD-Mobilidade, CAD-Saneamento – concentradas no controle e fiscalização das ações governamentais e políticas públicas de infraestrutura, incluindo as parcerias com a iniciativa privada.

O TCE-RJ vem empreendendo esforços para conferir maior segurança jurídica às suas decisões, mormente no que diz respeito às análises das contas de governo para fins de emissão de pareceres prévios. Neste sentido, a criação da Coordenadoria de Auditoria Financeira foi acompanhada de diversas medidas de qualificação de servidores, por meio de cursos, um em parceria com o TCU e outro em parceria com o TCE-MG. No que diz respeito à fiscalização de concessões e PPPs, vale destacar que 90% dos servidores da Coordenadoria de Auditoria em Desestatização possuem certificação internacional nessa temática, o que contribui para que as atividades de competência do setor sejam realizadas com maior tecnicidade, competência e qualidade. Acrescente-se que teve início o programa de certificação internacional em auditoria interna com a participação de 35 (trinta e cinco) servidores de diversas Unidades de Auditoria da SGE. A capacitação está sendo conduzida pelo Institute of Internal Auditors (IIA Brasil) e sua primeira etapa foi concluída no mês de outubro de 2022 com o treinamento para o Certified Internal Auditor – nível 1 (CIA I).

Têm se revelado cada vez mais importantes e necessárias a ampliação e a consolidação de parcerias com outros Tribunais, Universidades e instituições congêneres, com vistas ao compartilhamento de experiências, conhecimentos e cooperação técnica. Muito por isso, além da competência e comprometimento de nossos servidores, são marcantes o dinamismo e o processo evolutivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Muitos Encontros, Seminários, Palestras, Cursos, Encontros com o Autor vêm se realizando com apoio técnico e pedagógico de nossa Escola de Contas e Gestão e a participação de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas estaduais e municipais, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), entre muitos outros, com incentivo e apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio de seu Presidente, Conselheiro Edilberto Pontes, e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), por meio de seu Presidente, Conselheiro Cezar Miola.

Como a quantidade de eventos realizados é expressiva, podemos nos reportar a alguns, a título de exemplo, embora todos tenham a mesma relevância para projetar o TCE-RJ como instituição reconhecida pelos bons resultados obtidos no desempenho de sua missão, otimizando formas e meios de fiscalização, no intuito de induzir melhorias na gestão pública. Sobressaem, para o êxito dessa configuração, a permanente implementação de ferramentas tecnológicas e a adesão dos servidores a atividades de capacitação que lhes são oferecidas, para aquisição de conhecimentos especializados conforme a área em que atuem.

Assim, registramos a realização do "X Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas – BIBLIOCONTAS"; do "Seminário Controle Externo da Política de Segurança Pública"; do "III Seminário de Regime Próprio de Previdência Social do TCE-RJ"; do "Curso Introdução à Auditoria de Obras Públicas"; do "Seminário Controle Externo de Infraestrutura"; do "Encontro online O Desafio do Controle Externo em face do Novo Marco-Lógico para o Sistema Público de Planejamento e Orçamento"; do "Projeto-Piloto que mede Índice de Governança e Gestão em Segurança Pública"; do "Debate sobre a Lei da Liberdade Econômica - Lei nº 13.874/2019"; do "II Encontro Técnico Nacional de Controle Externo da Receita", promovido pela SGE, IRB, ATRICON, em parceria com a ECG, com o objetivo de disseminar e incentivar trabalhos de controle externo da receita que vêm sendo realizados pelos Tribunais de Contas do País (estaduais, municipais e TCU).

Ainda no âmbito nacional, participamos, junto com outros quarenta e cinco Conselheiros, do "II Encontro de Estudos Avançados do Instituto Rui Barbosa", realizado no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), que tem por objetivo discutir os grandes desafios nacionais contemporâneos sobre temas relevantes que vão além do controle externo stricto sensu. Em novembro, realizou-se o "VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (VIII ENTC)", com o tema "Os Tribunais de Contas como indutores da boa gestão e guardiões da democracia". O ENTC é uma iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

Cumpre pontuar que, logo que assumi a Presidência do TCE-RJ, o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa, me distinguiu com o convite para exercer a Presidência do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações do IRB, função a que tenho me dedicado com entusiasmo. O Comitê tem por objetivo estudar e pesquisar métodos e procedimentos de controle externo e interno para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades na área de concessões, parcerias público-privadas e privatizações. Com esse fito, realizamos reuniões com os membros da Comissão, tendo como pautas a análise do levantamento sobre a estrutura direcionada ao controle desse tema nas Cortes de Contas brasileiras, o monitoramento de ações voltadas para o controle de PPPs e concessões, a elaboração de uma Nota Técnica sobre

EDITORIAL

a matéria e o acompanhamento do Grupo de Trabalho encarregado de organizar o 4º Encontro Nacional de Fiscalização de Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas. O Encontro, promovido pelo Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações do IRB, com apoio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), mostrou-se extremamente bem-sucedido em seu objetivo de ampliar o conhecimento da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais nessa área. A intensa programação se desenvolveu por meio de onze painéis e a presença de quarenta especialistas que compartilharam experiências e boas práticas, permitindo o estreitamento da relação entre os técnicos das Cortes de Contas.

Em outubro, o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio de seu Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade e com apoio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), promoveu o Seminário "A Nova Lei do Saneamento Básico e o Controle Externo", com o objetivo de incentivar o debate sobre como as instituições fiscalizadoras devem atuar sob a nova legislação. Na ocasião, foi firmado um Memorando de Entendimento entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), visando à cooperação técnica entre as duas instituições nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia. O evento, que teve como grande homenageado o Senador e Deputado Constituinte Bernardo Cabral, contou com a prestigiosa participação do ex-Ministro da Defesa e da Segurança Pública Raul Jungmann, do Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler, do Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, do Presidente do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Júlio Pinheiro, do Diretor da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) Raphael Callou, do Conselheiro do TCE-RJ Márcio Pacheco, entre outras autoridades.

Na abertura do evento, fiz questão de frisar a relevância do estudo sobre o novo Marco Legal do Saneamento, sobretudo quando associado às responsabilidades dos órgãos de controle, que colaboram para garantir a transparência da utilização dos recursos destinados a melhorar as condições de vida de parte significativa da população que ainda não conta com coleta e tratamento de esgoto. O ex-Ministro Raul Jungmann destacou a ligação entre o saneamento básico e a questão climática, enquanto o Ministro do TCU Benjamin Zymler chamou a atenção para a realidade do saneamento básico no Brasil, sublinhando a necessidade do marco regulatório e do fomento à prestação regionalizada do serviço.

No plano internacional, onde o TCE-RJ já vem conquistando protagonismo, de 11 a 15 de julho de 2022, a convite do então Controlador-Geral da Colômbia, Felipe Córdoba Larrate, uma comitiva do TCE-RJ visitou três importantes entidades fiscalizadoras daquele País: a Controladoria-Geral da República, equivalente ao Tribunal de Contas da União brasileiro, a Auditoria-Geral da República e a Controladoria de Bogotá. O objetivo principal da visita foi estabelecer intercâmbio de ideias e experiências entre os servidores das instituições, tendo causado especial impressão a apresentação dos integrantes da Diretoria de Informação, Análise e Reação Imediata (DIARI), que vem sendo bastante efetiva no combate à corrupção em áreas como saúde, segurança pública, gestão pública e concessões. Foi oferecido, em cada órgão, apoio em questões de interesse do TCE-RJ, para possíveis ações de capacitação de servidores.

Cabe consignar também a boa notícia de que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro foi reintegrado, por unanimidade de seus membros, à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras (OLACEFS), durante a XXXI Assembleia Geral Ordinária da entidade, realizada entre os dias 20 e 24 de setembro de 2022, na cidade de Oaxaca de Juárez, no México.

Ainda no mês de setembro, o TCE-RJ participou do Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo nas dependências da Faculdade de Direito de Lisboa, com o apoio do Tribunal de Contas de Portugal, tendo como tema "O estado democrático de direito e o uso da tecnologia da informação". Na ocasião, foram apresentadas a estrutura do TCE-RJ, as Diretrizes da Gestão para o Biênio 2021-2022 relativas à tecnologia e a palestra "A experiência do TCE-RJ no uso da tecnologia da informação", que redundou no aumento da efetividade e da atuação do TCE-RJ, como o novo sistema de processo eletrônico, a prestação de contas automatizada e o painel de concessões e PPPs.

Em novembro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e a Controladoria-Geral da República da Colômbia assinaram um Convênio de Cooperação Interinstitucional. O Convênio, selado entre instituições que são membros da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), reforça os laços de cooperação e amizade existentes entre os seus países e organizações. Durante a assinatura do documento no Salão Nobre do TCE-RJ, expressei ao Controlador-Geral colombiano, Carlos Hernán Rodriguez Becerra, meus cumprimentos pela proficiência do órgão que dirige, que recentemente tive a oportunidade de visitar, o que me dá a certeza de que essa cooperação bilateral trará bons frutos para ambas as instituições.

Ainda no mês de novembro, recepcionamos o Controlador-Geral do Chile, Jorge Bermúdez, acompanhado de integrantes da entidade fiscalizadora chilena equivalente, no Brasil, ao Tribunal de Contas da União (TCU). A comitiva conheceu as dependências e a estrutura do TCE-RJ. No Encontro, de caráter institucional, abordamos a reintegração do TCE-RJ à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), ocorrida com apoio do Controlador chileno, que compõe a Secretaria-Executiva da Organização.

Para reiterar a valorização dos servidores do TCE-RJ, uma das diretrizes de minha gestão que mais me traz o sentimento de realização e satisfação, criamos, em comemoração ao Dia do Servidor Público, a Medalha Serviços Meritórios. Em um primeiro estágio, foram condecorados 149 servidores com pelo menos 10 ou 20 anos de bons serviços prestados a esta Corte de Contas.

Transmito aos autores dos artigos que compõem esta edição da Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro meu agradecimento pela opção de gravar em nossas páginas seus estudos, pesquisas, reflexões e propostas, no intuito de contribuir para a melhoria da gestão pública.

O mosaico de trabalhos de excelência apresentados propicia ao leitor a oportunidade de incorporação de novas aprendizagens e experiências: da lavra da Conselheira do TCE-RJ Marianna Montebello Willeman e Sara Jane Leite de Farias, "Os direitos patrimoniais disponíveis como pressuposto de aplicação da consensualidade na NLCC"; de Igor Pereira Oliveira, "O compartilhamento de dados e informações protegidos por sigilo fiscal com os Tribunais de Contas: uma estratégia para fortalecer a cultura de combate à corrupção no Brasil"; de Lucas Oliveira Gomes Ferreira e André Luís Marques Serrano, "A contribuição do efeito flypaper ao papel do controle externo"; de Douglas Augusto Oliveira Cabido e Frederico Amaral e Silva, "A nova Lei de Liberdade Econômica e seus efeitos em Minas Gerais: o case do Minas Livre para Crescer"; de André Luiz Lemos Andrade Gouveia, Douglas Apolônio Marques de Melo, Fábio Porcher Alves, Filipi Assunção Oliveira, Hanielle Guedes Rodrigues, Lorena Oliveira de Sousa e Maria Júlia Ferreira e Silva, "Provisões matemáticas dos regimes próprios de previdência dos municípios do Estado de Minas Gerais: um estudo descritivo da qualidade da informação contábil"; de Cirleia Carla Sarmento Santos Soares e Bruno Botelho Piana, "Inteligência analítica de controle externo: tratamento de dados e avanços no combate à fraude e à corrupção"; e de Adacto Benedicto Ottoni, " A necessidade do saneamento sustentável e integrado para o Estado do Rio de Janeiro".

Aos trabalhos expostos se soma a entrevista com o Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro Felipe Galvão Puccioni, cuja carreira estudiosa e produtiva, indutora de suas decisões naquela Corte de Contas, dignifica o serviço público. Na seção "Informativo", são relatados eventos relacionados à atuação do Comitê Técnico de Concessões Público-Privadas e Privatizações do IRB. A seção também destaca a edição de uma Nota Técnica resultado do trabalho do Comitê Técnico de Concessões, PPP's e Privatizações dos Tribunais de Contas do Instituto Rui Barbosa (IRB). A seção TCE em Foco abre espaço para menção a eventos, diretrizes, projetos, parcerias, entre outros, ressaltando a gama de atividades em que o Tribunal se insere, no intuito de ampliar, cada vez mais, sua contribuição para o aprimoramento da gestão pública.

Lembro que todos os envolvidos na publicação da Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, doando generosamente seus esforços e compartilhando seus conhecimentos, estão inscritos na longa trajetória do TCE-RJ de bons serviços prestados à sociedade. Instituído pelo então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, José Thomaz da Porciúncula, em 3 de novembro de 1892, o TCE-RJ teve sua gênese há 130 anos. A idade longeva significa experiência adquirida, tradição a ser preservada e compromisso de estar sempre se renovando.

Boa leitura!

Acompanhe as redes sociais do **TCE-RJ**

Siga. Curta. Compartilhe.

@TCEriodejaneiro

TribunaldeContasdoEstadodoRiodeJaneiro

@TCEriodejaneiro

@TCEriodejaneiro